

PROBLEMA SOCIAL: PARA SER SÉRIO TEM QUE TER MÍDIA?

Domingo, 3 de novembro de 2002. Já quase no final do programa *Fantástico* é veiculada uma matéria que, certamente, chocou a audiência. São cenas de abandono de pessoas que procuram o Hospital Geral do Estado em Salvador. Diferentemente da maneira já habitual com que são realizadas essas denúncias, desta vez não apareceu qualquer mão para tentar impedir as filmagens. Tem-se a impressão (e pode ser apenas impressão) de que a equipe de TV não teve dificuldade para realizar o seu trabalho. Assim, além das imagens de doentes abandonados que lembram os cenários dos filmes de guerra para onde são levados os feridos, faltam as imagens daqueles que em princípio estariam ali para a prestação da assistência. Estes pareciam tão ausentes que nem compareceram para gerar obstáculo à reportagem.

O acontecimento midiático surtiu efeitos sobre a realidade referida, podendo-se, por isto mesmo, ser uma peça importante para evidenciar o papel fundamental que a mídia, entendida enquanto um subsistema, pode ter dentro do nosso contexto social.

Na terça-feira, dia 5 de novembro, o jornal *A Tarde* retoma a questão, noticiando que as irregularidades que levam a óbitos constantes no HGE já tinham sido objeto de denúncia junto ao Conselho Regional de Medicina desde o início deste ano, e a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB) foi informada em 23 de maio, pelo presidente do Sindicato dos Médicos. Apesar disso, somente depois que o

assunto apareceu no *Fantástico*, a Secretaria de Saúde decidiu abrir inquérito.

De acordo com o jornal *A Tarde*, a denúncia teria sido feita pelo médico e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, ex-plantonista do HGE, José Djalma Gusmão Duarte Filho, que teria entregue ampla documentação às autoridades nas quais relata “as circunstâncias em que quatro pacientes morreram sem qualquer tipo de assistência”. O jornal também dá conta da indignação do médico José Djalma: “meu sentimento é de indignação. Foram mais de nove meses de silêncio do CREMEB e quase sete meses da SESAB (...) Agora, 24 horas depois da reportagem do *Fantástico*, a SESAB liga solicitando o meu comparecimento para prestar depoimento sobre as minhas denúncias”.

O denunciante, pelo que se pode constatar, não é um usuário do serviço mas um médico, professor da Universidade Federal da Bahia, plantonista daquele hospital quando da denúncia. É pois uma fala credenciada como abalizada para dizer sobre os serviços. Entretanto, a sua queixa não é suficiente para que sejam realizadas as apurações necessárias. Diante disto, é possível imaginar as dificuldades por que passam pacientes e familiares no que se refere às chances de serem ouvidos e levados a sério pelos órgãos responsáveis pela saúde em nosso Estado.

É conveniente recordar que há uma distância muito grande entre as impressões que os espaços hospitalares provocam nos leigos que ali chegam, via de regra em situação de

debilidade, e as impressões que provocam nos peritos que dispõem das condições técnicas para traduzirem todos “os sinais de alarme”. Entretanto, quem se encontra diante dos comprometimentos mais sérios são os enfermos, justamente as vozes menos poderosas, portanto, menos ouvidas ou menos legitimadas. No caso em destaque, a voz que demonstra maior poder é um mecanismo externo, até mesmo ao Estado: a mídia, representada pelo programa *Fantástico*.

Esse modelo, que leva a uma busca cada vez mais constata de ocupação do espaço midiático na tentativa de solucionar problemas da coletividade, em função da ineficácia dos canais institucionais, agrega poder à mídia e implicitamente não reconhece o poder dos canais competentes. E no caso em foco, diante da imediata decisão da Secretaria da Saúde de tomar providências, logo após a denúncia no *Fantástico*, essa espécie de regra implícita fica patente.

Aquele quadro, vivido diariamente, passa a compor a cena ordinária e a ser naturalizado. Aos poucos adquire status de “sinônimo de pronto-socorro”. Os sons dos gritos, a exposição das feridas e a ausência de atenção passa a integrar o ambiente. É quando uma luz externa focaliza aquelas faltas que a realidade vivida se revela incômoda. É como se a luz midiática acusasse a falta que já não é notada nem mesmo quando um perito a indica.

É relevante lembrar que enquanto a luz midiática incide sobre uma área reduzida do tecido social ou das instituições, os outros terrenos ficam “às escuras”. Além disso, é importante compreender que o tempo de atenção dedicado pela mídia a uma questão não coincide com a duração do problema. Um outro lembrete necessário diz respeito ao fato de que nem todos os problemas vividos pela coletividade têm a atenção da mídia durante a sua existência: quantos problemas com a mesma gravidade que as denunciadas pelo *Fantástico* passam despercebidas por falta de publicidade midiática?

As instituições não podem ser orientadas prioritariamente pela bússola da mídia. É necessário que as reclamações dos cidadãos sejam reconhecidas por todos os órgãos públicos como dignas de resposta.

É importante recordar que aquele hospital é um local para onde convergem a maioria das urgências de saúde. Numa cidade, como Salvador, onde ocorrem em média quatro óbitos por violência, podemos imaginar o número de casos de pessoas feridas, em função da violência, que procuram o HGE. Recordemos também que a maior parte dessas vítimas são pobres, com pouca escolaridade e são predominantemente jovens. Quando ali estão, vivem uma situação de crise, não apenas física mas também psicológica. Diante de um caso de urgência médica, dificilmente os usuários encontrariam recursos humanos e simbólicos para realizarem denúncias, uma vez que todas as atenções se voltam para o estado de saúde do doente.

Somam-se às vítimas das violências as outras gravidades que atingem prioritariamente as pessoas mais pobres, aquelas que, nas imagens do *Fantástico*, esperam a atenção médica enquanto são cuidadas pelos parentes e amigos em pleno hospital.